

---

# A circulação de um modelo pedagógico: a escola americana e a reforma do ensino público, em são paulo e em curitiba

GEYSA SPITZ ALCOFORADO DE ABREU\*

---

## RESUMO

*Essa pesquisa, pautada na presença de protestantes norte-americanos no Paraná, contribui para a análise do modelo escolar norte-americano implantado no Brasil por missionários presbiterianos, a partir da reconstituição histórica da Escola Americana de Curitiba, no período compreendido entre 1892 e 1934, que começou como uma filial da Escola Americana de São Paulo, posteriormente denominada Mackenzie College. No final do séc. XIX, no Brasil, inúmeras foram as propostas inspiradas no exemplo dos povos mais avançados para a tentativa de modernização da sociedade brasileira. A universalização do ensino primário que estava ocorrendo em alguns países europeus e dos Estados Unidos, despertou o interesse dos republicanos brasileiros, de diversas vertentes ideológicas, que acreditavam na escola como um meio fundamental para modernização do país. Para apreender os processos de circulação dos padrões escolares norte-americanos, a proposta deste texto é apresentar as razões do investimento presbiteriano no Paraná; analisar o processo de implantação da Escola Americana de Curitiba; bem como verificar as repercussões do modelo escolar norte-americano no âmbito da cultura paranaense. Este estudo permitiu compreender a presença de um padrão pedagógico diferenciado no Paraná. Possibilitou ainda interrogar o caminho percorrido pelas reformas do ensino público paranaense, no início*

---

\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

do século XX, que não tomou a Escola Americana de Curitiba como referente, mas sim a escola pública paulista na qual uma cultura pedagógica americanista estava sendo sedimentada.

**Palavras-chave:** Escola Americana. Paraná. Presbiterianismo.

---

## Introdução

Essa pesquisa, pautada na presença de protestantes norte-americanos no Paraná, teve por objetivo principal contribuir para a caracterização e análise do modelo escolar norte-americano implantado no Brasil por missionários presbiterianos, por meio da reconstituição histórica da Escola Americana de Curitiba, no período compreendido entre 1892 e 1934<sup>1</sup>.

A Escola Americana de Curitiba foi fundada em 1892 por missionárias-educadoras norte-americanas: Miss Mary Parker Dascomb e Miss Elmira Kühn, enviadas ao Brasil pela *American Foreign Board* – Junta Missionária de Nova York, ligado à Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos. As duas missionárias já possuíam experiência como educadoras em seu país de origem e, no Brasil, trabalharam em diversas cidades, como: Rio de Janeiro, Brotas, Rio Claro, Botucatu.

A Escola Americana de Curitiba começou como uma filial da Escola Americana de São Paulo, posteriormente denominada Mackenzie College. Em fins de 1934, a Escola Americana foi vendida para um membro da Igreja Presbiteriana de Curitiba, o Reverendo. Luiz Lenz de Araújo César. Acredita-se que o principal motivo da venda tenha sido uma crise vivida pelo Mackenzie devido ao processo de cassação dos diplomas da Escola de Engenharia “Mackenzie College”, em 1932, que constituiu a “expressão mais aguda dos conflitos e reveses vividos pela Instituição” (MENDES, 2000, p. 11). Em 1935, o Rev. César inaugurou o Ginásio Belmi-

<sup>1</sup> O estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Americanismo e Educação: a fabricação do homem novo”, sob a coordenação da professora Mirian Jorge Warde.

ro César, que funcionaria com o curso ginásial, paralelamente ao ensino primário ofertado pela Escola Americana de Curitiba. Mais tarde, em 1945, o Colégio Belmiro César passou a oferecer também o curso colegial. Em 1956 essas instituições encerraram definitivamente suas atividades.

O exame cuidadoso das fontes disponíveis contribuiu para a definição do recorte temporal desta pesquisa, de 1892 a 1934, que se justifica por corresponder ao período em que a Escola Americana de Curitiba esteve vinculada à Junta Missionária de Nova York.

Buscando compreender essa experiência que teve origem no interior de uma denominação do protestantismo norte-americano, sendo por isso um elemento para a compreensão do “americanismo” na educação, a história da Instituição foi analisada na perspectiva da cultura escolar, entendendo-a como a definiu Julia (2001, p. 10),

Como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Entendendo-se que a escola é uma instituição social produtora de práticas e representações que amplia, adapta e recria a cultura inclusiva, o estudo do conjunto das características que compõe o modo escolar de transmissão cultural, num tempo e espaço definidos, possibilita a compreensão de elementos não priorizados pela historiografia tradicional (ABREU, 2003, p. 02).

Assim, para compreender as práticas geradas e compartilhadas na Escola Americana, o questionamento que orientou este trabalho esteve voltado para os aspectos internos da escola, sem desconsiderar as relações da cultura escolar com culturas que lhe são contemporâneas. Nessa perspectiva, o estudo foi desenvolvido

visando trazer à cena a ação educativa dos sujeitos envolvidos, os programas, conteúdos e métodos de ensino, além de aspectos da cultura escolar materializados na organização do espaço escolar; organização do tempo escolar (calendário escolar - período de férias, matrícula, seleção, avaliação; organização geral do tempo - níveis, cursos; organização diária - horário, programação das aulas e das diferentes disciplinas do currículo), rituais escolares (dispositivos de avaliação e classificação, dispositivos de punição e exaltação; exposições escolares) etc.

Para a consecução dessa perspectiva foram utilizadas fontes legais localizadas no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná - DEAP, na Divisão de Pesquisa Histórica e Publicações - DPAP, tais como: Coleção de Leis, Decretos, Atos e Regulamentos e Relatórios de Instrução Pública; documentos encontrados no Arquivo do Centro Histórico do Instituto Presbiteriano Mackenzie; fontes da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná; além de diversas fontes encontradas no acervo da Escola Americana de Curitiba.

Ressalta-se que a principal base documental desse trabalho foi extraída do acervo privado, conservado pela família do ex-proprietário da Escola, O Ver. Luiz Lenz de Araújo Cesar. Este foi o primeiro estudo elaborado com base na documentação original da Escola.

O acervo da instituição é composto por uma extensa e variada documentação produzida pela escola e que se constitui num rico material para estudos da cultura escolar, tais como: rascunhos manuscritos de relatórios enviados pelos missionários presbiterianos aos dirigentes da Missão; Livros de matrículas; Livros-caixa; manuscritos diversos; correspondências; relação das obras da biblioteca; plantas arquitetônicas; livros de chamada (diversos); recortes de jornais da época; fotografias, dentre outros.

Não foi possível explorar todos os documentos da escola durante a pesquisa, posto que a qualquer trabalho se impõe uma seleção e surpreendem pela quantidade de informações que apresentam.

Além do acervo da escola, a legislação escolar também foi constantemente consultada, pois entende-se sua importância para a compreensão das múltiplas dimensões do fenômeno educativo. Ressalta-se que, embora as fontes escolares sejam importantes e significativas, são insuficientes para compreensão da história da escola. Foi, portanto, no intenso entrecruzamento das fontes disponíveis com a bibliografia e a legislação que se buscou compreender a história dessa Instituição.

Este estudo, ao lado de outros trabalhos já realizados sobre a educação protestante, poderá contribuir para a composição de um cenário sobre a prática educativa protestante no Brasil, muitas vezes esquecida por autores que tratam da educação brasileira. Embora a educação escolar protestante já tenha sido temática de diversos trabalhos, segundo Warde (2001, p. 14),

Há muito ainda a se pesquisar em torno das escolas norte-americanas que se instalaram no país a partir da década de meados do século XIX; eram escolas de diferentes vertentes da Igreja Reformada que não só atenderam imigrantes norte-americanos aqui instalados, mas também, filhos de brasileiros e de outras nacionalidades. Exatamente porque estenderam o seu raio de ação para além de grupos imigrados e se enraizaram, através de diferentes mecanismos, na cultura escolar, essas escolas podem se tornar objetos privilegiados de análise dos processos de circulação e apropriação dos padrões escolares norte-americanos, como também dos processos de produção desses padrões.

Acrescente-se, ainda, que a quase totalidade dos estudos publicados não se volta para a análise dos aspectos internos das instituições educativas e muitas dessas instituições espalhadas pelo país não foram ainda suficientemente estudadas.

Este estudo, para além dos objetivos iniciais, permitiu apreender a presença de um padrão pedagógico diferenciado no Paraná. Possibilitou ainda interrogar o caminho percorrido pelas reformas do

ensino público paranaense no início do século XX que não tomou a Escola Americana de Curitiba como referente, mas sim a escola pública paulista na qual uma cultura pedagógica americanista estava sendo sedimentada.

Para a organização deste texto, no título 2 apresentam-se informações que contribuem para compor um breve panorama sobre a educação presbiteriana. Em seguida, no título 3, tratar-se-á da Escola Americana de Curitiba fundada, organizada e dirigida por missionárias norte-americanas, que pode ser considerada uma expressão da pedagogia presbiteriana norte-americana, observada também em outras escolas criadas no Brasil, no mesmo período. No título 4, o foco será a circulação do modelo pedagógico norte-americano, difundido no Brasil por missionários presbiterianos e a circulação deste modelo pedagógico no Brasil, presente nas reformas de ensino público, em São Paulo e Curitiba.

---

## A educação presbiteriana

A preocupação, desde os primeiros tempos do trabalho missionário no Brasil, com a fundação de uma escola logo após a fundação das Igrejas, é apontada pela maioria dos estudiosos do protestantismo como decorrente da necessidade de alfabetizar o povo devido ao elevado índice de analfabetismo.

Certamente que havia a preocupação de alfabetizar, posto que o culto protestante exige o domínio da leitura, mas a criação de escolas presbiterianas não se justifica somente pela necessidade de alfabetização. A educação para os presbiterianos era antes uma tradição cultural, do que uma estratégia missionária desenvolvida no Brasil.

Nos Estados Unidos, a evangelização indireta, na qual a ação catequética se realizava concomitantemente com as obras sociais, principalmente escolas e colégios, já era largamente utilizada, tanto

quanto a evangelização direta. Para eles, segundo Hilsdorf (1986), “a escola representava a cunha que abriria caminho para as atividades de proselitismo”. Assim, com a intenção de servir de elemento de penetração e apoio das atividades catequéticas, as igrejas procuravam instalar escolas paroquiais de primeiras letras que, em centros estratégicos, transformavam-se em colégios de nível médio e mesmo em escolas superiores (BARBANTI, 1977, p. 110).

Portanto, pode-se dizer que, a exemplo do que ocorria nos Estados Unidos, onde a educação presbiteriana era um tradicional meio de evangelização indireta, a Igreja Presbiteriana do Norte, mantida pela Junta Missionária de Nova York, promoveu a criação de escolas no Brasil, para auxiliar na difusão dos princípios religiosos e valores culturais inerentes ao presbiterianismo.

Assim, o acesso às escolas era permitido independente de origem social, credo, etnia e ideologia, para que se pudesse atingir o maior número possível de pessoas. Essa posição foi defendida por Horace M. Lane, diretor da Escola Americana de São Paulo e do Mackenzie College. Ressalva-se, porém, que muitos missionários brasileiros não concordavam com essa postura e achavam que a frequência às escolas protestantes deveria ser reservada apenas aos filhos de presbiterianos.

A importância atribuída à educação pelos presbiterianos norte-americanos se observa quando a Junta das Missões tratou de incluir no seu quadro de pessoal professores experientes, principalmente mulheres, para fundar escolas e trabalhar no Brasil<sup>2</sup>. Na concepção dos presbiterianos norte-americanos, “a educação oferecida pela própria Igreja, poderia: educar os filhos dos membros da Igreja; preparar futuros missionários; contribuir indiretamente na tarefa de evangelização e difusão dos ideais norte-americanos” (ABREU, 2003, p. 47).

<sup>2</sup> Algumas destas, conquistaram reconhecimento na educação brasileira, como Miss Márcia Browne, que colaborou com Caetano de Campos na Reforma do ensino público paulista, em 1890.

A preocupação com a educação dos filhos dos membros da igreja já fora assinalada por Simonton, o primeiro missionário enviado pelo Board de Nova York. Em 1867, ao propor ao Presbitério *Os meios próprios para plantar o Evangelho de Jesus Cristo no Brasil*, Simonton afirmou a necessidade do estabelecimento de escolas para os filhos de seus membros (RIBEIRO, 1981, p. 184). O estabelecimento de escolas permitiria educar os filhos dos missionários dentro dos princípios religiosos e morais da Igreja Presbiteriana, garantindo a permanência dos jovens na Igreja.

Tais escolas também teriam por finalidade angariar novos candidatos ao trabalho evangélico: os meninos para o ministério e as meninas para o ensino. A formação de novos missionários era uma necessidade para a continuidade do trabalho das igrejas, sendo esta uma preocupação que aparece reiteradamente nos relatórios dos missionários.

Outra finalidade atribuída às escolas criadas pela Junta Missionária era a difusão dos ideais norte-americanos. Na concepção de Simonton, uma educação nos moldes da educação norte-americana contribuiria para o estabelecimento de uma nova mentalidade, pois considerava que o progresso era apanágio das nações protestantes, posto que “o Evangelho dá estímulo a todas as faculdades do homem e o leva a fazer maiores esforços para avantajá-lo na senda do progresso” (*apud* RIBEIRO, 1981, p. 184).

Assim, princípios evangélicos e ideologia norte-americana eram entendidos como uma coisa só. O protestantismo se afigurava como a versão religiosa dos ideais modernos, especialmente por trazer o que era entendido como a pedagogia norte-americana:

Iniciativa privada, ensino prático, científico e comum para todos, currículo atualizado, cuidado com os aspectos materiais do ensino, aulas regulares diurnas e conferências públicas noturnas, atividades extraclasse, suporte financeiro do capital associado (HILSDORF, 1986, p. 187-188).

É nesse contexto que se pode entender a função modelar que a Escola Americana de São Paulo, fundada em 1870, exerceu para a organização das demais Escolas Americanas fundadas no país, além de ser tomada “como um dos modelos das reformas efetuadas na rede oficial do ensino de São Paulo, a partir de 1890” (BARBANTI, 1977, p. 145). Segundo Goldman (1972), ao findar-se o século, os missionários presbiterianos já haviam fundado mais de quarenta escolas primárias, a maioria no Estado de São Paulo, e usualmente denominadas “Escolas Americanas”.

Poucos anos depois, o ensino público paulista serviu de padrão para a reorganização do ensino público em diversos estados, como: Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Paraná, Pernambuco, Piauí, Acre (SOUZA, 1998, p. 61).

A seguir, pretende-se contextualizar a instalação na Escola Americana de Curitiba.

---

## A Escola Americana de Curitiba

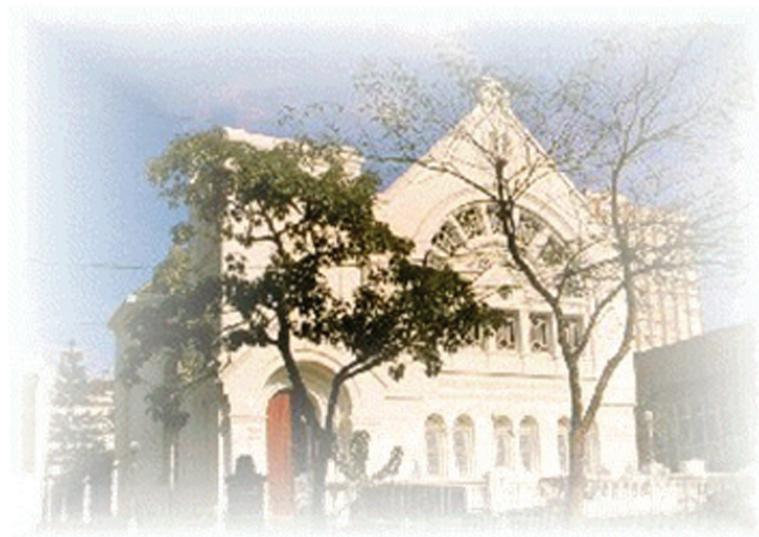
A Escola Americana de Curitiba fundada, organizada e dirigida por Miss Dascomb e Miss Kühn, ambas missionárias norte-americanas, pode ser considerada uma expressão da pedagogia presbiteriana norte-americana, observada também em outras escolas criadas no Brasil por missionários presbiterianos, no mesmo período.

Tais escolas, segundo Hilsdorf (1986, p. 187), representavam “a ponta de lança que abriria caminho para uma renovação das mentalidades e das práticas pedagógicas, e por extensão, da sociedade brasileira”.

A criação de escolas, conforme já mencionado anteriormente, era um meio de evangelização indireta empregado pelos presbiterianos nos Estados Unidos, tanto quanto a evangelização direta. No Brasil, para auxiliar na difusão dos princípios religiosos e valores culturais inerentes ao presbiterianismo, procurava-se instalar uma escola logo após a fundação das Igrejas. Nesse sentido, Curitiba não fugiu à regra.

O aspecto monumental do prédio construído para a Igreja, no final do séc. XIX, é representativo do impacto que se pretendia produzir na cidade.

**Foto 1 - Fachada da Igreja Presbiteriana de Curitiba,  
na Rua Comendador Araújo.**



Acervo da Escola Americana de Curitiba

O prédio contrastava com a simplicidade de outras igrejas presbiterianas fundadas no país. Na Revista das Missões Nacionais, de outubro de 1912, foi publicada uma fotografia do Templo de Curitiba, com a seguinte referência: “Este edifício é o mais bonito dos nossos Templos. Foi construído pelas livres ofertas do povo...” (Boletim Informativo Casa Romário Martins, *apud* ABREU, 2003, p. 25).

As atividades da Escola Americana de Curitiba tiveram início em 25 de janeiro de 1892, na rua Comendador Araújo, n.º 28, próximo ao terreno onde seria construído um prédio próprio para a Igreja Presbiteriana, organizada desde 1887, funcionando num imóvel alugado.

Na Escola Americana de Curitiba, seguindo o modelo pedagógico da Escola Americana de São Paulo, o ensino era ministrado em português. Inicialmente, o trabalho foi dividido em três níveis: Primário, Intermediário e Secundário. Apresentava uma estrutura seriada, seguindo a concepção do ensino intuitivo, considerado a base do ensino moderno. No segundo ano de funcionamento da Escola, organizou-se também uma Classe Normal, revelando a preocupação com a formação de quadros especializados que pudessem dar continuidade ao trabalho iniciado.

A escola adquiriu rápida projeção em Curitiba. Na Escola Americana de Curitiba, o mobiliário procedente de Nova York a distinguiu das demais escolas da cidade. Da mesma forma, boa parte do material utilizado na escola, também trazido dos Estados Unidos, contrastava com a precariedade material das escolas da época e contribuía para conferir à escola a imagem de renovada. Desde a fundação, a Escola já dispunha de piano; mapas; biblioteca composta de dicionários e livros em inglês, alemão, francês e português.

Em 1917, construiu-se um novo prédio para a Escola Americana, especialmente projetado para as salas de aula (Foto 2). Segundo Capri,

Situada num dos bairros mais aprazíveis da Capital do Paraná, funciona esta modelar escola em seus novos edifícios próprios construídos com todas as exigências da higiene e da arte, servindo para externato, internato, aulas e laboratórios, recreios e jardim (CAPRI, 1923).

**Foto 2 – Fachada do Edifício das Aulas –  
frente para a r. Vicente Machado.**



Acervo da Escola Americana de Curitiba

Em relatórios de instrução pública, há referências ao prédio e ao mobiliário da Escola Americana, como “um dos melhores existentes na cidade”:

A Escola Americana é mantida por uma sociedade instructiva, com séde em Nova York e funciona em prédio com 7 salas e um total de 14 professores, das quais 3 estrangeiras.[...] A matrícula da escola é de 174 alumnos e a frequencia é de 153, todos muito adeantados. O prédio escolar é um dos melhores, existentes nesta Capital, assim como o mobiliário. É seguido o programma especial, comprehendendo o curso 6 annos, com internato e externato e são todas as aulas leccionadas as disciplinas obrigatórias (rel. I.P., 1922, s/p)<sup>3</sup>

A grande procura por matrícula, desde o primeiro ano de funcionamento, é indicativa da visibilidade que rapidamente adquiria. A Escola oferecia o regime de internato para meninas, possibilitando que alunas do interior do estado pudessem frequentar as aulas. Esse fato contribuiu para que o número de estudantes do sexo feminino fosse sempre superior aos do sexo masculino, um dado

<sup>3</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario Geral de Estado pelo Professor Cesar Prieto Martinez - Inspector Geral do Ensino. 1º Semestre, Capítulo V (Das escolas particulares, mantidas por estrangeiros)1922. (Optou-se por manter a grafia original nas citações.

pouco comum para a época. Na Escola Americana de São Paulo, “de 1890 a 1933, a porcentagem de estudantes homens foi sempre superior a de mulheres. Para 69% de homens que estudavam havia 31% de mulheres” (LAGUNA, 1999, p. 59).

No externato, a escola funcionava em regime de coeducação, atendendo meninos e meninas de diversas nacionalidades. Em 1894, eram nove países representados pelos alunos da escola, mas a maioria era brasileira (ABREU, 2003, p.68).

Desde o início das atividades, a escola concedia algumas bolsas de estudo, parciais ou integrais, para aqueles que não tinham condições de arcar com as despesas, mas os dados indicam que esses alunos eram minoria na escola. A clientela da Escola Americana era majoritariamente oriunda das camadas médias e altas da sociedade paranaense.

Os alunos que concluíssem o curso preparatório da Escola Americana “poderiam solicitar matrícula no terceiro ano do curso preparatório do Mackenzie College, em São Paulo, ou em qualquer outra instituição da Federação Universitária Evangélica” (CAPRI, 1923). Essa informação indica que o programa de ensino das duas instituições era diferente, posto que, no Mackenzie College, os alunos ainda teriam que cursar o terceiro ano do curso preparatório.

Nas escolas presbiterianas criadas no Brasil no final do século XIX, a exemplo do que ocorria nos Estados Unidos, era comum a presença feminina. As esposas e filhas dos missionários encarregavam-se de lecionar nas escolas criadas junto às igrejas, assumindo, inclusive, a direção e organização dessas escolas. Os presbiterianos tinham muito cuidado com a formação de todos os missionários e, particularmente, com a formação daqueles que se dedicariam à educação. O valor atribuído pelos presbiterianos à instrução pode ser percebido, por exemplo, pelo envio de educadores norte-americanos para o Brasil. A Junta Missionária de Nova York não somente trouxe educadores para o Brasil, mas também contribuiu pagando salários de educadores nacionais ou ajudando

a pagá-los. Nos livros de contabilidade da Escola Americana de Curitiba, observa-se a destinação de verbas do Board das Missões para o pagamento do salário dos professores, bem como para a manutenção geral da Escola.

Em 1917, as diretoras-fundadoras da Escola Americana de Curitiba faleceram. A direção da escola ficou sob a responsabilidade de Mrs. W. M. Hallock (de Nova York). Mrs. Hallock foi também diretora do Internato da Escola Americana de São Paulo de 1926 a 1929 (LAGUNA, 1999).

Essa informação confirma que o Board das Missões Estrangeiras, em Nova York, mantinha firmemente o controle sobre as instituições criadas no Brasil, reduzindo o âmbito de decisão de seus subordinados. Por decisão do Board, o modelo de gestão empregado previa que a direção das escolas seria exercida apenas por missionários norte-americanos, pois os brasileiros ainda não estavam aptos para tamanha responsabilidade. Segundo Ferreira,

o missionário, por herança, por educação, por longa experiência, é o mais apto a dirigir e guiar. Logo que os nacionais tenham semelhante educação e experiência, principalmente quando pagarem as despesas de suas igrejas, pastores, escolas e missões, eles dirigirão e serão bem-vindos (LAGUNA, 1992, p. 427-428).

As notícias sobre o número de conversões, sempre presentes nos relatórios, revela, também, a expectativa que a Junta Missionária teria com o trabalho educacional. Tais informações são mais frequentes nos relatórios do que as considerações sobre a organização pedagógica.

Na concepção de Horace Lane, diretor da Escola Americana paulista e Superintendente da Missão Escolar, o ensino religioso ministrado em Curitiba era excessivo. Talvez, esse aspecto tenha sobrepesado na circulação do modelo escolar em Curitiba, como veremos mais adiante. Segundo Barbanti (1977, p.167), sob a

direção de Horace Lane, “a educação religiosa ministrada pela Escola Americana tornou-se menos ortodoxa, mas seu tirocínio de administrador consolidou a posição do colégio como centro educacional dos mais avançados da Província de São Paulo”.

O Dr. Lane não discordava da utilização da educação como meio indireto de difusão dos princípios do Cristianismo Protestante, mas, certamente, não aprovava os meios empregados pelas missionárias de Curitiba. Talvez acreditasse que, caso a escola se apresentasse como leiga, poderia melhor resistir à oposição dos não-protestantes, podendo angariar um maior número de alunos. Sabe-se, no entanto, que a posição de Horace Lane divergia da defendida pelo segmento mais ortodoxo da Igreja Presbiteriana.

---

## A circulação do modelo pedagógico: a escola americana e a reforma do ensino público, em São Paulo e em Curitiba

No final do séc. XIX, no Brasil, inúmeras foram as propostas inspiradas no exemplo dos povos mais avançados para a tentativa de modernização da sociedade brasileira. A universalização do ensino primário que estava ocorrendo em alguns países europeus e dos Estados Unidos despertou o interesse dos republicanos brasileiros, de diversas vertentes ideológicas, que acreditavam na escola como um meio fundamental para modernização do país. Segundo Souza (1998, p. 29), “o sucesso verificado nesses países era confirmado em muitos aspectos pela rica experiência das escolas particulares confessionais e leigas, instaladas no Brasil nas décadas finais do século XIX, voltadas para a formação das elites”.

Conforme afirma Monarcha (1999, p. 172), “para os instituidores da República, a instrução popular – a Escola Normal e a instrução primária – é um centro multiplicador das luzes, que colocam as ideias em marcha, impulsionando a história em direção ao progresso e à liberdade”.

Assim, busca-se a concretização de algumas metas educacionais traçadas desde o final do Império. À escola atribuiu-se uma tripla finalidade: a formação cívica, moral e instrumental.

O Estado de São Paulo foi o pioneiro a investir na organização e expansão do ensino público, elementar e normal, tornando-se uma referência para a remodelação do ensino em outros estados brasileiros.

A Escola Americana de São Paulo, fundada em 1870, exerceu uma função modelar para a organização das demais Escolas Americanas<sup>4</sup> fundadas no país, além de ser tomada como um dos modelos das reformas efetuadas na rede oficial do ensino de São Paulo. Segundo Barbanti, a Escola Americana de São Paulo, através do seu diretor Horace Lane, serviu “como um dos modelos das reformas efetuadas na rede oficial do ensino de São Paulo, a partir de 1890” (BARBANTI, 1977, p. 145).

<sup>4</sup> Segundo Goldman (1972), ao findar-se o século, os missionários presbiterianos já haviam fundado mais de quarenta escolas primárias, a maioria no Estado de São Paulo, e usualmente denominadas “Escolas Americanas”.

De acordo com o depoimento de João Lourenço Rodrigues (1930, p. 291), fora Horace Lane quem apresentara a Rangel Pestana àquela que seria a responsável pela organização das Escolas-Modelo no Estado de São Paulo – Miss Márcia Browne. Horace Lane fora também o responsável pela indicação da professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, graduada pela Normal School de Nova York, para auxiliar Caetano de Campos. Para Souza (1998, p. 41), todo o empenho do Dr. Caetano de Campos para contratar as duas professoras representa “por um lado, a crença no valor do método e, por outro, a consagração da influência americana nesse primeiro período de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo”.

A respeito da contribuição do Dr. Lane para a Reforma do Ensino Público paulista, João Lourenço Rodrigues acrescenta que

foi elle quem cedeu a maior parte do material didactico necessario para a installação da Escola-Modelo, e foi elle ainda o intermediário para as encommendas de mobiliário feitas para os Estados Unidos, na perspectiva da proxima installação da Escola Normal, em seu novo prédio da Praça da República (RODRIGUES, 1930, p. 293).

A respeito dos materiais adquiridos pelas autoridades paulistas, por intermédio de Horace Lane, Barbanti (1977, p. 181-182) afirma que, além de carteiras para substituir os antiquados bancos utilizados desde o tempo das aulas régias, foram comprados também os seguintes livros: “Aritmética”, do Reverendo Trajano, os livros de “Leitura” de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Rangel Pestana, a “Gramática” de Júlio Ribeiro, todos ex-professores de colégios protestantes americanos. O Estado comprava também do Dr. Lane os famosos cadernos de caligrafia e aritmética, empregando-os largamente em suas escolas primárias. Tais cadernos também eram utilizados na Escola Americana de Curitiba (ABREU, 2011).

Horace Lane também acompanhou Oscar Thompson<sup>5</sup>, em viagem aos Estados Unidos, para participar da Exposição Universal de Saint Louis, na Lousiania, em 1904. Lane, que há muito tempo tornara-se consultor dos dirigentes paulistas da instrução pública para assuntos educacionais, além de divulgar a Exposição a ser realizada em St. Louis, estimulando os educadores paulistas a comparecerem a ela, ainda preparou com Oscar Thompson e Carlos Reis uma memória sobre o ensino paulista a ser divulgada na Exposição (WARDE, 2002, p. 450). Mais um dado a afirmar a relação do diretor da Escola Americana com os educadores paulistas.

Poucos anos depois, o ensino público paulista, enviando seus professores a outros Estados ou recebendo professores para conhecer a sua organização pedagógica, serviu de modelo para a reorganização do ensino público em diversos estados – como: Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Paraná, Pernambuco, Piauí, Acre (SOUZA, 1998) – fazendo circular seus padrões

<sup>5</sup> Em 1901, Oscar Thompson assumiu a direção da Escola Normal de São Paulo, permanecendo no cargo até 1920. Nesse período, efetuou viagens de estudo e observação, e assumiu por duas vezes a Inspeção Geral da Instrução Pública (de 1909 a 1911; de 1917 a 1920) (cf. Gonçalves & Warde, 2002, p. 868).

pedagógicos, nos quais já estavam amalgamados modelos pedagógicos norte-americanos.

Em relatório apresentado em 1903, o Professor Vitor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná, faz referência à visita que realizou ao Estado de São Paulo, a fim de conhecer o funcionamento e a organização do ensino público paulista:

No Estado de S. Paulo, cujos mais importantes estabelecimentos de ensino tive a ventura de visitar ultimamente, em comissão do nosso governo, as condições são muito diferentes. A plethora de recursos de annos atrás e a iniciativa de homens eminentes, da tempera do saudoso Dr. Cezario Mota, deram áquelle prospero Estado uma organização modelo, mesmo luxuosa, que não se arreceia do confronto dos paizes mais civilizados (Rel. Inst. Pública de 1903).

Segundo o referido Diretor, existia em Curitiba, em 1903, meios grupos escolares em funcionamento, constituídos pelo agrupamento de duas escolas. No mesmo ano, iniciaram as obras de construção do primeiro grupo escolar completo, que se chamaria Grupo Escolar Xavier da Silva<sup>6</sup>. De acordo com Oliveira (1994, p. 51), essa novidade na organização escolar decorreu dos bons resultados obtidos com a criação de grupos escolares em São Paulo e no Pará que, além de centralizar um grupo de escolas, permitiu a fiscalização mais eficiente do ensino.

No Paraná, os reformadores encontraram muitas dificuldades para realizar a desejada reorganização escolar. Assim, em 1907, o Governo do Estado designou uma comissão de professores, sob a responsabilidade da professora Carolina Pinto Moreira, para ir a São Paulo conhecer a organização dos grupos escolares e estudar os métodos didáticos ali desenvolvidos. Segundo Oliveira (1994, p. 118), as informações colhidas possibilitaram o conhecimento a respeito do professorado, dos métodos de ensino e materiais pedagógicos. A professora Carolina Moreira também conseguiu cópias

<sup>6</sup> A construção do Grupo Escolar Xavier da Silva, o primeiro Grupo Escolar completo, foi concluída em 1905.

de plantas dos prédios escolares, que contribuíram para orientar as autoridades paranaenses na construção dos grupos e informações sobre o mobiliário escolar das escolas paulistas. Conforme Oliveira,

a inovação dos móveis escolares veio ter ao Paraná em 1907, por intermédio das notícias sobre o mobiliário escolar das escolas paulistas, trazidas de lá pela professora Carolina Moreira. A aquisição, por aquele governo, de carteiras importadas dos Estados Unidos, foi sugerida ao Governo do Paraná, para substituir os velhos e ultrapassados móveis das escolas públicas (Oliveira, 1994, p. 180).

A sugestão da professora foi acatada somente seis anos depois “quando foram importadas as carteiras americanas, para serem distribuídas aos grupos escolares” (OLIVEIRA, 1994, p. 181). Em 1913, “chegaram as primeiras carteiras americanas no Serviço de Almojarifado para serem montadas nas escolas da capital e, posteriormente, em escolas do interior” (OLIVEIRA, 1994, p. 181). De acordo com o mapa de movimento do almojarifado, durante o ano de 1916, foram enviadas para as escolas públicas, dentre outros materiais, 779 carteiras americanas (OLIVEIRA, 1994, p. 181).

A respeito da organização do ensino, o jornal *Diário da Tarde* publica uma série de artigos, em 1914, ressaltando a precária situação do ensino público no Estado do Paraná e ressaltando o grau de adiantamento de outros estados, que se inspiraram no ensino paulista para se reorganizar.

Em 1916, o governo decide enviar outra comissão de professores para estudar o funcionamento dos grupos escolares paulistas.

Conforme exposto, a Escola Americana de Curitiba seguia as diretrizes educacionais estabelecidas para a Escola Americana de São Paulo, adotando, inclusive o mesmo calendário. As aulas eram ministradas em Português; possuía um plano de curso; apresentava uma estrutura seriada, com lições graduadas e progressivas; adotou o sistema de coeducação; emprego do método intuitivo, considerado

a base do ensino moderno; possuía um corpo docente qualificado; material e mobiliário moderno, oriundo dos Estados Unidos etc.

Horace Lane, superintendente geral da missão no Brasil, atestava que o trabalho realizado na Escola Americana de Curitiba era da mesma qualidade do realizado na Escola Americana de São Paulo. A segurança quanto à qualidade do ensino na Escola Americana de Curitiba se revela pela possibilidade, facultada aos alunos que concluíssem o preparatório, a matrícula no terceiro ano do curso preparatório do Mackenzie College, em São Paulo, ou em qualquer outra instituição da Federação Universitária Evangélica. Os inspetores Públicos que inspecionavam a Escola Americana de Curitiba também se surpreendiam com a organização e o grau de adiantamento dos alunos.

O Paraná contava, portanto, com uma Escola Americana cuja qualidade de ensino era considerada pelo seu responsável maior, Horace Lane, equivalente à de São Paulo. Entretanto, para a remodelação do ensino público no Paraná, a Escola Americana de Curitiba não serviu de referente. Ou seja, não exerceu a função direta de modelo para o ensino paranaense, ainda que tenha contribuído na formação de professores e de pessoas “proeminentes na cultura, política, administração e indústria” (CARNEIRO, 1963, p.326).

Para as reformas modernizadoras do ensino, os dirigentes paranaenses buscaram São Paulo como modelo, mediante diferentes modalidades de intercâmbio entre professores ou destacadas lideranças intelectuais.

Ter se destinado predominantemente a meninas; ter mantido marcas fortemente religiosas, segundo o próprio H. Lane apontava em cartas a Miss Dascomb; não ter mantido firmes compromissos com uma cultura que as elites paranaenses pretendiam converter em republicana, cidadina, moderna e, quiçá, industrial, são marcas consideráveis da Escola Americana de Curitiba, que podem explicar o caminho percorrido pelos dirigentes reformadores paranaenses, os quais, por mais de uma vez, ao longo das primeiras décadas

do século XX, procuraram São Paulo como modelo para o ensino público e não a Escola Americana.

---

## Considerações finais

A análise da internalidade das práticas constitutivas do modelo escolar da Escola Americana resultou uma excelente oportunidade de operar com o conceito de “cultura escolar”. O uso das fontes escolares, não somente em função da diversidade, mas por sua proximidade com o cotidiano e as práticas dos sujeitos do fazer escolar, ensejou múltiplas indagações. Contudo, as respostas para as questões que foram surgindo no decurso da pesquisa não puderam ser encontradas apenas no interior da escola, pois demandaram o exame das relações culturais inclusivas e um intenso cruzamento com outras fontes. Acredito que aí reside toda a fecundidade desse tipo de abordagem, com vistas à apreensão da complexidade da educação escolarizada e suas práticas.

A realização dessa pesquisa propiciou, para além dos seus principais objetivos, a interrogação sobre a trajetória dos dirigentes reformadores do ensino público paranaense do início do século que, com o intuito de modernizar, tomaram São Paulo como modelo de organização escolar.

A dificuldade encontrada pelos reformadores paranaenses para implementar no Paraná os padrões modernos de ensino, colhidos em São Paulo, sugere, de um lado, que a Escola Americana de Curitiba não havia disseminado uma cultura pedagógica americanista no interior da cultura pedagógica paranaense; de outro lado, sugere que São Paulo já havia produzido um padrão americanista para o ensino público republicano no qual os referentes norte-americanos, não só presbiterianos, estavam já incorporados como elementos de sua cultura pedagógica, há décadas em processo de formação (WARDE, 2003).

A consulta à bibliografia disponível permitiu constatar que os estudos que caminham nessa direção consideram os débitos das reformas paranaenses do início do século XX com os padrões paulistas de ensino, mas desconsideram sua configuração americanista, resultante de um amálgama peculiar de padrões norte-americanos introduzidos por missionários, educadores e representantes das elites intelectuais e políticas de São Paulo.

---

## Referências

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. *Escola Americana de Curitiba (1892-1934): um estudo do americanismo na cultura escolar*. Dissertação (Mestrado). PUC/SP, São Paulo, 2003.

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. O Ensino regular da Caligrafia: a experiência da Escola Americana de Curitiba no Final do Século XIX e início do século XX. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 43, p. 132-142, 2011.

BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hisdorf. *Escolas americanas de confissão protestantena Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

CAPRI, Roberto. *Estado do Paraná*. São Paulo: Empreza Editora Brasil CAPRI & OLIVERO, 1923.

CARNEIRO, David. *Galeria de ontem e de hoje*. Editora Vanguarda. 1963.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, Diana G.; GONDRA, José G.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.); DUARTE, Regina Horta. *Educação, modernidade e Civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

\_\_\_\_\_. *História da Igreja Presbiteriana no Brasil*. 2. edição. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil: educadores, sacerdotes, covos e reis*. Tradução: Olívia Kráhenbühl. São Paulo: Pioneira. 1972.

GONÇALVES, Gisele Nogueira; WARDE, Mirian Jorge. Oscar Thompson. In: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (org.). *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002. p 867-872.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Tradução: Gizele de Souza. São Paulo: Autores Associados,

n.º 1, janeiro/junho, p. 9-43. 2001.

LAGUNA, Shirley Puccia. *Reconstrução histórica do Curso Normal da Escola Americana de São Paulo (1889-1933)*. Internato de meninas: uma leitura de seu cotidiano e da instrução e educação feminina aí ministradas. Dissertação (Mestrado) - Programa de História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MENDES, Marcel. *Mackenzie no espelho: uma história documentada da cassação ao reconhecimento dos cursos de Engenharia (1932 – 1938)*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

\_\_\_\_\_. 1994. Ensino Primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira – aspectos da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: Alguns subsídios para a História pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890 – 1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

WARDE, Mirian Jorge. *Americanismo e Educação: a fabricação do “homem novo”*. Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa EHPS – PUC-SP, com apoio da Capes e do CNPq. 2001.

\_\_\_\_\_. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: Autores Associados, n.º 5, julho/2003.

WARDE, Mirian Jorge; GONÇALVES, Gisele Nogueira. Antônio Caetano de Campos. In: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (org.). *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002. pp 104-113.

Data de submissão: 18/10/2019

Data de aprovação: 10/11/2019